

Ata da 336ª. sessão do Conselho da  
Ordem dos Advogados do Brasil, Seção  
de Pernambuco.

Aos dezesseis (16) dias do mês de  
novembro do ano de mil novecentos e cinquenta  
e nove (1959), em sua sede no Palácio da  
Justiça, reuniu-se o Conselho da Ordem dos  
Advogados do Brasil, Seção de Pernambuco,  
sob a presidência do dr. José Cavalcanti Ne-  
ves, reunindo como secretários os conselheiros  
Rinaldo Leão e Belágio Silveira, presentes  
ainda os conselheiros Sérgio Higino, Alegar-  
Goriano, Heráclito Almeida, Leus Pinto Ferrei-  
ra, Paulo Rangel Moreira, Jorge Carneiro da  
Linha, Leus de Souza, João Pinheiro Leus e  
Carlos Martins Moreira. Aberta a sessão, o pre-  
sidente comunicou que não havia assenti-  
mento a ser lido, e colocou a palavra à  
disposição dos senhores conselheiros. O  
professor Pinto Ferreira pediu a palavra  
para solidarizar-se com a decisão do Con-  
selho que, em sua última reunião, deu  
integral apoio ao presidente José Cavalcanti  
Neves, no incidente em que fora  
envolvido na questão atinente à elabora-  
ção de um anteprojecto de novo Regimen-  
to de Estudos e tramitação do projecto de lei  
beneficiando apenas os escriptores do civil.  
Disse o conselheiro que não tendo possi-  
bilidade comparecer àquela reunião, por moti-  
vos de força maior, fazia questão de ex-





-passar seu assentimento à deliberação da Ordem. No mesmo sentido pronunciou-se o leus. Prof. Juan de Souza, que não compareceu à referida reunião por motivo de saúde. Em seguida o leuselheiro Nunes - disse do agrado que lhe causara aquê- -les dois pronunciamentos de solidarieda- -de, não só porque partiam de distintos - colegas, mas, também porque ficava des- -sa forma absolutamente unânime a deci- -são do leuselho, posto que apenas aquêles - colegas haviam faltado à reunião anterior, - e o leus. Paulo Rangel Moreira que estava - ausente da cidade naquele dia havia envia- -do uma carta de solidariedade ao presi- -dente naquele caso. Seguiu-se com a pala- -vera o leuselheiro Professor Herald Alameda que - propôs fôr feito um apêlo ao presidente do - I.P.S.E.P. no sentido de se pagar aos Assisten- -tes Jurídicos daquela autarquia a gratificação - de nível universitário que o Estado e outras au- -tarquias vêm atribuindo aos seus servidores - da mesma categoria funcional. A proposta foi - aprovada unânimeamente, com abstenção do voto - do leus. Jorge Carneiro da Cunha, que se jul- -gou impedido como membro do leuselho Delibe- -rativo daquela autarquia, que teria de se pro- -nunciar sobre a aplicação da medida plei- -teada. Por proposta do Presidente foi também - aprovada indicação favorável à pretensão - dos Assistentes Jurídicos do serviço público esta- -dual de terem incorporados aos seu vencí- -mentos a gratificação de nível universitário.





O presidente José Nunes, em seguida, disse - que o Prefeito Pelápidas Silveira estava elaborando um empenho à Câmara dos Vereadores do Recife, propondo a melhoria de vencimentos para os servidores municipais e reestruturando algumas carreiras do quadro de pessoal. Aquela era a oportunidade da Ordem dirigir um apêlo ao Prefeito, no sentido de que se tenha no exame da possibilidade de incluir no documento uma relação, digo, reclassificação nos níveis do pessoal técnico de nível universitário da Procuradoria Jurídica e do Departamento Jurídico daquela Municipalidade. Aquelles funcionários, portadores de títulos universitários de Direito estavam percebendo vencimentos muito aquém dos atribuídos aos Procuradores, Sub. Procuradores e Assistentes Jurídicos do Estado e das autarquias estaduais e, dentro da própria Municipalidade percebiam aquém da remuneração paga aos engenheiros cujos salários estavam acrescidos de gratificações de nível universitário. A proposta foi unanimemente aceita, abstenendo-se de votar o leus. Pelágio Silveira, que se declarou impedido. O leus. Paulo Rangel Moreira propôs um voto de congratulações com a direcção do Jornal do Comércio, desta capital, pela criação de uma secção destinada a prestar informações sobre o andamento dos feitos de interesses dos fôros dos Estados-membros, no Supremo Tribunal Fed.



nal, e outras Cortes judiciais sediadas no Rio de Janeiro. Acentuou que a secção era tanto mais útil aos advogados quando o responsável pela mesma se dispunha a atender a pedidos de informações dos interessados. A proposta foi aprovada unanimemente, determinando-se, ainda, comunicação ao director do jornal. O honr. Pe. Laço Silveira, em seguida, referiu-se ao lamentável acontecimento que tinha culminado a família judicial do país, quando um membro do Ministério Público assassinou a tiro, no recinto do Palácio da Justiça, ao juiz Lewis Regueira. Acentuou, em suas palavras, o alto valor moral da vítima e a sua dedicação constante à causa da Justiça. Terminou seu justo elogio à memória do juiz Regueira, proferindo uma sentida homenagem que se registra em ata como um voto de profundo pesar pelo ocorrido. A proposta foi unanimemente aprovada, devendo ser comunicada à família do juiz Lewis Regueira. Passando à ordem do dia, foram postos em votação pareceres da Comissão de Sindicância sobre pedidos de inscrição de advogados: em carácter provisório, dos bacharéis José Gaudis Campelo, sem impedimentos; em carácter definitivo, dos bacharéis Oliveira Basílio de Seira, sem impedimentos e Alice Pereira Rocha, com impedimento contra a Fazenda Federal; pela transformação em definitiva, das inscrições provisórias dos bacharéis Josias Ferreira Leite e Carlos Alves Leite, ambos sem im-





- pedimentos; pela inscrição no quadro de -  
Solicitadores, do acadêmico Artur de Barros  
 Correia, sem impedimentos. Por fim, o Sr.  
 Presidente comunicou ao Conselho que, por equívoco,  
 deixaram de constar, nas atas das sessões anteriores,  
 referências as aprovações das atas de reuniões des-  
 -te Conselho. Mas, as atas foram aprovadas e assi-  
 nadas pelas mesas que presidiram as reuniões  
 em que as mesmas foram lidas. Nada mais  
 havendo a constar, digo, a tratar laurei a presente ata,  
 que será assinada pela mesa que presidir os tra-  
 -balhos da sessão em que for lida e aprovada.

José Gonçalves de Almeida - Presidente  
 Luís Sturmer  
 1º Sec